

Senadores apontam excesso de MPs como entrave à ação do Congresso

Edição pelo Executivo de cinco a seis medidas provisórias por mês restringe o exame de outras propostas, sobretudo as de iniciativa dos próprios parlamentares



José Cruz

O trancamento da agenda de votações por medidas provisórias tornou-se freqüente desde 2001. Foi quando entrou em vigor emenda constitucional prevendo que as MPs não examinadas até 45 dias depois de sua edição passam a obstruir as votações na Casa legislativa em que estejam tramitando. O presidente da Comissão de Justiça, senador Edison Lobão, afirma que os presidentes da República "abusaram da prerrogativa" de editar MPs. Para o líder do PL, Magno Malta, "o governo tem demonstrado falta de respeito com o Congresso". O líder do PFL, José Agripino, defende mudanças no processo de votação das MPs.

OBSTRUÇÃO Senadores precisaram realizar duas sessões na semana passada para aprovar cinco medidas provisórias que obstruíam as votações

Páginas 4 e 5

Duas medidas e um projeto trancam a pauta no dia 24

Além do projeto que altera o incentivo à informática, os senadores deverão votar, na próxima sessão deliberativa, dia 24, medidas provisórias que tratam de auxílio às vítimas de desastres.

Página 3

Lobão sugere plano emergencial para financiar a educação

Página 7

Sarney e João Paulo buscam solução para crise em CPI

A busca de uma solução negociada com vistas a devolver tranquilidade aos trabalhos da CPI do Banestado marcou o encontro do presidente do Senado, José Sarney, com o da Câmara, João Paulo Cunha, na sexta-feira.

Página 3

ENTENDIMENTO João Paulo e Sarney querem preservar trabalho da comissão



Jane Araújo

Certidão de nascimento, passaporte para o exercício de direitos do cidadão



BENEFÍCIOS De acordo com Mário Calixto, a medida trará vantagens econômicas para o país

Calixto defende fim da exigência de visto para americanos

O senador Mário Calixto (PMDB-RO) defendeu a abolição da exigência de visto para a entrada de cidadãos norte-americanos no Brasil. Além de constituir um gesto de boa vontade, capaz de favorecer politicamente as relações entre os dois países, o senador disse que a suspensão da exigência trará vantagens econômicas para o Brasil, como o aumento de turistas e de investimentos.

Calixto também registrou o credenciamento do novo embaixador dos Estados Unidos no Brasil, John J. Danilovich. Para o parlamentar, com seu conhecimento dos negócios internacionais, o embaixador complementar o trabalho realizado pela embaixadora Donna Hrinak, trazendo ao país uma visão mais próxima da realidade dos empresários e investidores.

– O embaixador Danilovich é a pessoa certa para o momento, reforçando a amizade histórica entre Brasil e Estados Unidos, nascida desde o momento em que aquele país foi o primeiro a reconhecer nossa Independência, em 1823 – declarou.

Tourinho quer impedir cobrança por acesso a serviço de consumidor

■ Senador pretende evitar que empresas troquem o 0800, gratuito, pelo 0300, sujeito a tarifa, no acesso aos SACs

O senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) quer modificar o Código de Defesa do Consumidor para assegurar que sejam gratuitos os serviços de informação sobre os produtos e serviços fornecidos por empresas. O projeto (PLS 219/04), que aguarda deliberação da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), resulta da preocupação do senador com o fato de muitas empresas es-



INTERVENÇÃO Proposta de Rodolpho Tourinho modifica o Código de Defesa do Consumidor

tarem cobrando pelos serviços de atendimento ao consumidor (SAC). De acordo com o parlamentar, muitas linhas de SAC abandonaram o prefixo 0800,

que é gratuito, e adotaram o 0300, que é tarifado.

“O serviço 0800 é tarifado no destino, paga quem recebe a ligação. O 0300, ao contrário, onera quem originou a chamada, no caso, o consumidor que ligou para solicitar esclarecimentos ou para reportar defeito constatado nesse bem”, afirma Tourinho na justificativa.

O senador observou que o 0300 tem tarifas diferenciadas para terminais fixos e móveis, que independem do local de origem da ligação. Mesmo uma chamada feita de um bairro vizinho ao da empresa é cobrada segundo essa tabela nacional. Ele explica que a empresa não lucra com a ligação, apenas a

operadora, segundo as regras da Anatel.

“Para o consumidor, isso não vem ao caso. Ele tem de pagar pelo direito de informação que a lei lhe concedeu. E o atendimento automatizado prolonga-se, com infindáveis opções sendo oferecidas umas após as outras, encarecendo o serviço”, disse.

Em defesa da proposta, o parlamentar remete ao dispositivo constitucional que preconiza a intervenção do Estado para o bom funcionamento do mercado. “O projeto visa remediar uma situação iníqua, estabelecendo de forma explícita a gratuidade do serviço de informações ao cliente”, observou.

Agenda

Sessão plenária começa às 14h30

O Plenário realiza hoje, a partir das 14h30, sessão não deliberativa, ou seja, sem votação de matérias. Entre os oradores inscritos para discursar na tribuna estão os senadores Edison Lobão (PFL-MA) e Papaléo Paes (PMDB-AP). Os leitores podem acompanhar os trabalhos dos parlamentares ao vivo pela TV e pela Rádio Senado, além da cobertura em tempo real feita pela Agência no site www.senado.gov.br/agencia.



Interlegis lança programa sobre legislação básica

O Interlegis lança amanhã o Projeto Legislação Básica dos Municípios, criado pelo órgão para auxiliar os entes municipais no desenvolvimento de normas

legislativas. O evento será transmitido por videoconferência e contará com a presença do diretor nacional do Interlegis, senador Romeu Tuma (PFL-SP).

Goiás Contemporâneo

O Gabinete de Arte, espaço cultural na Presidência da Câmara, apresenta a exposição *Goiás Contemporâneo*, com obras de sete artistas plásticos goianos. Visitas de sexta a segunda-feira, das 9h às 17h.

A Voz do Cidadão

O serviço A Voz do Cidadão recebe ligações gratuitas, de todo o território nacional, pelo telefone 0800 61-2211, durante 24 horas. As perguntas e reclamações são encaminhadas aos órgãos competentes.

Agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Silhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor-adjunto da Secretaria de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin e José do Carmo Andrade
Especial Cidadania: Treici Schwengber (61) 311-1620
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333
Agência Senado
Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Valéria Ribeiro e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Marco Antonio Reis (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Zambiasi quer identificação em braile nas teclas de telefone

Já se encontra para análise na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), em decisão terminativa, projeto de lei de autoria do senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS) que torna obrigatória a identificação em braile nas teclas dos telefones fabricados e comercializados no país.

Zambiasi observou que a simples identificação das teclas em braile irá eliminar parte das barreiras enfrentadas diariamente pelas pessoas com limitação visual. Para ele, apesar de simples, essa medida é eficaz, já que amplia a possibilidade de comunicação.

O senador pelo Rio Grande do Sul informou ainda que seu projeto (PLS 209/04) está em perfeita consonância com a Política Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, prevista pelo Decreto 3.298, de 1999.



VANTAGEM Para Zambiasi, medida amplia comunicação de pessoas com deficiências visuais



BENEFÍCIO Saturnino espera que trabalhador incorpore resultados do crescimento econômico

Saturnino propõe reajuste sistemático do salário mínimo

O senador Roberto Saturnino (PT-RJ) apresentou projeto (PLS 220/04) para garantir reajustes sistemáticos do salário mínimo, de modo que os trabalhadores incorporem à sua renda os resultados do crescimento econômico. O sistema proposto teria duração de dez anos e, na opinião do parlamentar, evitará os debates anuais acerca do aumento dessa faixa salarial.

De acordo com a proposta, a partir do mês de maio de cada ano, o salário mínimo receberia, por dez exercícios, reajuste anual com índice composto de três parcelas: uma a título de correção monetária; outra a título de incorporação dos ganhos de produtividade; e uma terceira a título de aumento da participação dos assalariados na renda nacional.

Para não deixar que o ganho real obtido nesse período seja corroído, o projeto estabelece que o Congresso Nacional reexaminará a matéria, de forma a garantir o estabelecimento de mecanismos legais de reajustes compatíveis com a manutenção ou elevação do poder de compra do mínimo.

Enquanto durar o sistema de três parcelas anuais, aquela correspondente à correção monetária será fixada em percentual que reflita integralmente a inflação dos 12 meses antecedentes à aplicação do reajuste, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) ou índice similar.

A matéria será examinada pelas Comissões de Assuntos Sociais (CAS) e de Assuntos Econômicos (CAE). A decisão desta última será terminativa, não havendo necessidade de o projeto ir a exame do Plenário do Senado, a menos que haja recurso em contrário.

Reforma do Judiciário e Lei da Informática em destaque na pauta

■ Sessões deliberativas serão retomadas no dia 24. Três itens trancam votações em Plenário

Além do projeto que altera a Lei da Informática (PLC 32/04), os senadores terão outras votações a cumprir antes de retomar a discussão da proposta de emenda à Constituição que reforma o Poder Judiciário (PEC 29/00). Na próxima sessão deliberativa, no dia 24 de agosto, às 14h30, os senadores encontrarão uma medida provisória e um projeto de conversão de medida provisória trancando a pauta da Casa. Até lá, serão realizadas sessões não deliberativas, destinadas a discursos dos senadores, com início às 14h30 de segunda a quinta-feira e às 9h na sexta-feira.

A medida provisória (MP 189/04), recentemente aprovada pela Câmara dos Deputados, abre crédito extraordinário de R\$ 32 milhões ao Ministério da Integração Nacional para atender às vítimas da estiagem em Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Paraná e Mato Grosso do Sul. O dinheiro vem do cancelamento parcial da reserva de recursos do orça-



DIÁLOGO Mercadante busca entendimento sobre mudanças na Lei da Informática

mento para atender a situações emergenciais. Já o projeto de lei de conversão (PLV 42/04), aprovado pelos deputados com base na MP 190/04, cria o Auxílio Emergencial Financeiro no âmbito do Programa de Resposta aos Desastres, gerenciado pelo Ministério da Integração Nacional.

Antes das votações, o início da próxima sessão deliberativa ordinária, na terça-feira (24), será dedicado a homenagear o ex-presidente Getúlio Vargas – pelo transcurso dos 50 anos de sua morte –, por força de requerimento do senador Hélio Costa (PMDB-MG). Nesse período da sessão, os senadores inscritos (17 até o momento)

falarão exclusivamente sobre o tema da homenagem.

Nas próximas semanas, o líder do governo no Senado, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), irá tentar um acordo para a votação das alterações na Lei da Informática. A decisão foi adiada na última sessão deliberativa porque, segundo Mercadante, o governador do Amazonas, Eduardo Braga, pediu que fosse encontrada uma solução para as isenções sobre a produção de monitores de vídeo, de forma que a Zona Franca de Manaus não saia prejudicada com a nova legislação. Por tramitar em regime de urgência constitucional, o projeto obstrui a pauta da Casa desde o dia 1º de agosto.

Urgência

Quando forem retomadas as sessões deliberativas, os senadores devem votar cinco requerimentos que pedem a tramitação urgente de projetos de lei. Regimentalmente, apenas dois desses requerimentos podem ser votados por sessão. Os primeiros pedidos de urgência se referem ao projeto do senador João Capiberibe (PSB-AP) que determina a publicação dos gastos públicos na Internet (PLS 130/03) e ao projeto do Executivo que possibilita o desconto de em-

préstimos em aposentadorias e pensões (PLC 44/04).

O pedido de urgência, formulado pela Comissão de Educação (CE), para o projeto da Lei de Biossegurança (PLC 9/04) é o quinto da lista, que tem ainda os requerimentos de urgência para o projeto de lei do senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR), que autoriza o governo a criar um colégio militar em Boa Vista (PLS 211/02), e para o projeto de lei que dispõe sobre as formas de afiação de preços de produtos e serviços ao consumidor (PLC 93/03).

A partir de então, a reforma do Judiciário será o primeiro item previsto na ordem do dia do Senado, que já tem outros 15 itens na pauta.

Orçamento

De acordo com a Constituição, o governo deve encaminhar sua proposta de Lei Orçamentária para 2005 até o final de agosto. A partir daí, o projeto deve ser lido em sessão do Congresso Nacional, e será encaminhado à Comissão Mista de Orçamento.

Como já foi anunciado, o senador Romero Jucá (PMDB-RR) será o relator do Orçamento da União para o ano que vem, que só deve começar a ser discutido após as eleições municipais de outubro.



PREOCUPAÇÃO Sarney (D) e João Paulo reafirmam intenção de trabalhar por solução negociada visando devolver tranquilidade aos trabalhos da CPI

Sarney e João Paulo querem acordo na CPI do Banestado

O presidente do Senado, José Sarney, reafirmou na sexta-feira, após encontrar-se com o presidente da Câmara, João Paulo Cunha, a intenção de trabalhar por uma solução negociada visando devolver a tranquilidade aos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) Mista do Banestado. Sarney disse que vai ser necessária “muita conversa” envolvendo as lideranças, o presidente, o relator e todos os membros da CPI.

– A comissão de inquérito recebeu poderes de Justiça da Constituição, e a Justiça não pode ser partidária, ela tem que apurar, punir culpados, mas não ser transformada em uma luta política entre partidos – advertiu Sarney.

O senador garantiu, porém,

que não haverá interferência das presidências das duas Casas na comissão, e sim um trabalho de convencimento, pois “esse é um assunto que não pode ser tratado na base da hierarquia, e sim da conversa para encontrar um espaço comum, como é próprio do Parlamento”.

O presidente da Câmara também insistiu na necessidade de um entendimento entre o presidente e o relator da CPI, senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) e deputado José Mentor (PT-SP), respectivamente, em respeito aos cargos institucionais que ocupam. João Paulo ressaltou que será recomendada aos dois “muita cautela no tratamento dos dados apurados, visando preservar as informações em poder da comissão”.

MPs

Freqüentes trancamentos da agenda de votação do Plenário, em virtude do vencimento de prazos das medidas provisórias, têm gerado críticas entre os senadores, que apontam prejuízos aos trabalhos do Congresso e sugerem alternativas

Obstruções da pauta preocupam senadores

Sai mês, entra mês, e o Senado se vê às voltas com o mesmo problema: a obstrução de sua agenda de votações por medidas provisórias (MPs). Na última quarta-feira, os senadores realizaram uma sessão que se prolongou por quase nove horas, para aprovar cinco MPs que trancavam a pauta.

Essa situação tornou-se freqüente desde que entrou em vigor, em 2001, a Emenda Constitucional 32. Ela prevê que medidas provisórias não apreciadas até 45 dias após sua edição passam, a partir dessa data, a obstruir as votações na Casa legislativa onde se encontram em tramitação. Assim, nada pode ser votado até que o Plenário delibere sobre tais matérias.

Como têm sido editadas em torno de cinco a seis MPs por mês, na prática, a regra acaba restringindo o exame de outras propostas, sobretudo daquelas de iniciativa dos próprios parlamentares. “Estou com medo de passar os meus oito anos de mandato sem poder trabalhar, porque não sobra espaço na pauta para votar quase nada além de medidas provisórias”, afirma o líder do PL no Senado, Magno Malta (ES).

O presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senador Edison Lobão (PFL-MA), considera que os presidentes da República deveriam recorrer menos ao instrumento da MP. “Todos abusaram dessa prerrogativa”, ressalta ele.

Conforme levantamento da Consultoria Legislativa do Senado, desde a publicação da



RESTRIÇÃO Com a edição de cinco a seis medidas provisórias por mês, fica prejudicado o exame das demais matérias pelos parlamentares, em Plenário

Emenda 32/01 até o último dia 3, os presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Fernando Henrique Cardoso editaram exatamente o mesmo número de MPs: 102, cada um. Em termos de média mensal, porém, o atual presidente foi superado por seu antecessor: foram 6,6 MPs por mês para FHC e 5,4 para Lula.

Os números eram bem mais altos antes da Emenda 32, época em que as medidas provisórias podiam ser reeditadas. O recorde coube ao ex-presidente Fernando Henrique, que editou em seu primeiro mandato uma média de 80,3 MPs por mês. A consultoria também contabilizou a edição de decretos-leis, instrumento legal que alguns comparam às MPs porque passavam a vigorar, depois de baixados pelo Executivo, independentemente da aprovação do Congresso. Nesse caso, a maior média mensal (132) coube à Junta Militar que governou o

país depois da morte do presidente Costa e Silva.

Críticas

A diferença em favor de Lula é insuficiente para que ele seja poupado de críticas. “O governo abandonou a bandeira de oposição à farra das MPs e tem demonstrado falta de respeito com o Congresso”, diz Malta. O líder do PDT, senador Jefferson Péres (AM), concorda apenas em parte. “A culpa é do Executivo, claro, mas é principalmente do Congresso”, pensa ele.

– Essa farra não aconteceria se o Congresso não se conformasse com a posição secundária que hoje tem quanto à função de legislar, que foi inteiramente usurpada pelo Executivo. Bastaria o Legislativo examinar os pré-requisitos de relevância e urgência, que essas MPs nunca atendem, e deixar de apreciá-las. Aí a obstrução da pauta acabaria na hora. O problema, que faço questão de dizer, é que o Congresso brasi-

leiro é capacho do Executivo. De todos os governos, não só do atual – opinou Jefferson.

O senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) acredita que o governo poderia editar um menor número de MPs se buscasse alternativas, como o recurso ao projeto de lei em regime de urgência. Ele lamenta que, ao trancarem a pauta, as MPs não apreciadas paralisem até mesmo as comissões, que ficam impedidas de votar matérias terminativas (isto é, que são aprovadas sem necessidade de votação pelo Plenário). Para resolver o problema, ele apresentou projeto que mantém essa prerrogativa das comissões permanentes, mesmo nos casos de trancamento da pauta por MPs. O projeto está em discussão na CCJ.

Alternância

Para o senador Tião Viana (PT-AC), uma maneira de contornar os constantes entraves na pauta seria o envio das MPs,

alternadamente, às duas Casas do Congresso. “Isso daria mais agilidade ao trabalho da Câmara e do Senado”, argumenta. Era o que previa, aliás, a proposta original de emenda constitucional que resultou na Emenda 32. A Câmara, empenhada em garantir para si a primazia no recebimento das MPs, não aceitou, e, por duas vezes, derrotou o encaminhamento alternado, aprovado pelos senadores.

– Com isso, na apreciação de medidas provisórias, o Senado foi condenado a ser sempre Casa revisora. E o fato é que as MPs já têm chegado ao Senado trancando a pauta, porque raramente a Câmara consegue votá-las em menos de 45 dias – observa o consultor legislativo Gilberto Guerzoni Filho.

Tião Viana discorda, entretanto, da opinião de que o governo Lula estaria abusando da edição de MPs. Ele credita a maioria das medidas a uma “herança que precisa ser administrada”.

Poucas medidas seguem requisitos de relevância e urgência

Criadas pela Constituição de 1988, as medidas provisórias já acumulam um considerável acervo de curiosidades. Uma delas decorre da publicação, em 2001, da Emenda Constitucional 32.

Graças a essa emenda, as 59 MPs que tramitavam no Congresso na época da sua edição adquiriram um *status* bastante peculiar. Diferentemente das medidas provisórias posteriores, tais MPs não correm o risco de perder a eficácia se não forem votadas dentro de deter-

minado prazo. Ao contrário: enquanto não são apreciadas, permanecem em vigor.

Dessa forma, evitar que elas entrem em votação tornou-se o jeito menos arriscado, para o Executivo, de garantir sua vigência. Tal fato é uma das razões do recorde de antiguidade ostentado pela MP 2.162-72. Dispondo sobre a emissão de Notas do Tesouro Nacional (NTN), ela é a 72ª reedição de uma medida provisória publicada pela primeira vez em 20 de março de 1996. A matéria

tramita no Congresso há cerca de oito anos e meio.

O grupo de MPs remanescentes carrega ainda outro recorde, o da medida provisória que mais recebeu emendas de parlamentares. A proeza coube à MP 2.215-10, que dispõe sobre a reestruturação da remuneração dos militares das Forças Armadas. Décima reedição de uma medida em tramitação no Congresso há quase quatro anos, ela foi objeto de 822 emendas de parlamentares.

Não faltam aspectos curiosos,

também, em relação às MPs pós-Emenda 32. A começar pela extensa lista dos assuntos dos quais elas tratam. Alguns deles, como a abertura de crédito emergencial ou a adoção de medidas em situações de calamidade, parecem se enquadrar sem maiores problemas nos pré-requisitos de relevância e urgência. Quanto a outros, sobram questionamentos.

Planos de carreira para servidores federais e a criação de órgãos do governo são alguns temas tratados com freqüência

por MP Há, contudo, assuntos ainda mais específicos, como a MP 156/03, publicada para prorrogar, até dezembro de 2005, o pagamento de auxílio mensal de R\$ 50 aos alunos do Projeto de Profissionalização dos Trabalhadores de Enfermagem (Profae).

– É uma providência necessária, mas que poderia perfeitamente ser enviada ao Congresso como projeto ordinário, com pedido de tramitação em urgência – avalia o senador Paulo Octávio (PFL-DF).

MPs

Tramitam no Congresso vários projetos que alteram e até extinguem o instituto das medidas provisórias. Para a OAB, o excesso desse recurso prejudica a harmonia entre os Poderes

Propostas tentam mudar regras de novo

Apesar de o instituto das medidas provisórias ter sido recentemente reformulado, com a promulgação da Emenda Constitucional 32/01, tramitam no Congresso várias propostas para alterar novamente as regras de edição e até mesmo para extinguir as MPs. As principais queixas são o excessivo uso do recurso das MPs pelos presidentes da República e a interpretação das exigências de “relevância e urgência” previstas na Constituição.

O senador José Agripino (RN), líder do PFL, defende a aprovação de proposta de emenda à Constituição (PEC) do seu colega pernambucano José Jorge (PFL). Aprovada pelo Plenário do Senado e enviada para análise da Câmara em novembro de 2003, ela altera o parágrafo 8º do artigo 62 da Constituição



Roosevelt Pinheiro

NOVIDADE Agripino quer dividir a tramitação de medidas provisórias entre as duas Casas do Congresso

(PEC 208/03). Esse parágrafo determina que as MPs terão sua votação iniciada pela Câmara.

– Só existe uma fórmula para resolver o problema de obstrução na pauta de votações: divi-

dir a tramitação entre as duas Casas do Congresso, de modo que metade das MPs ingresse pela Câmara dos Deputados e metade pelo Senado Federal – argumenta Agripino, para quem o instrumento das MPs tem sido usado com excesso pelo Poder Executivo.

Há na Câmara duas propostas de resolução do Congresso Nacional, ambas apresentadas no ano passado, modificando os critérios de tramitação das MPs. Uma delas, do deputado licenciado e atual ministro da Ciência e Tecnologia, Eduardo Campos, cria uma Comissão Mista Permanente para exame, pelo Congresso Nacional, das medidas provisórias. A outra, do deputado Roberto Freire (PPS-PE), define normas mais rígidas para a criação, instalação e funcionamento das comissões

mistas destinadas à análise das medidas provisórias.

A PEC 560/02, do deputado Gilberto Kassab (PFL-SP), encurta consideravelmente os prazos de tramitação e votação, restringindo a uma única reedição as medidas provisórias, com validade de 15 dias. Apensada à proposta, tramita a PEC 208/03, da deputada Edna Macedo (PTB-SP), que dilata os prazos de apreciação para 120 dias, mas veda a reedição.

A mais profunda modificação, porém, é a PEC 155/03, assinada pelo deputado Odacir Zonta (PP-SC) e por outros 172 parlamentares de dez partidos, que retira da Constituição o instituto da medida provisória e dá prazo de 180 dias para que as MPs em vigor, quando da promulgação da emenda, sejam aprovadas ou rejeitadas.



Geraldo Magela

PREJUÍZO Mozarildo ressalta que projetos de lei do Executivo também provocam atraso na tramitação

Mozarildo rebate críticas do Planalto ao Congresso

O senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) rebateu críticas do Palácio do Planalto, publicadas no jornal *Folha de S. Paulo*, sobre produção insuficiente do Congresso Nacional durante o primeiro semestre do ano. Segundo ele, o Executivo não tem do que reclamar, uma vez que, com a aprovação do Senado, 20 medidas provisórias foram convertidas em lei e duas emendas constitucionais alteraram o texto da Constituição nesse período.

– A verdade é que nada atrapalha tanto nossa atividade legislativa quanto a enxurrada de MPs que esse governo, mais ainda do que os anteriores, nos envia – protestou.

Segundo Mozarildo, os senadores apresentaram 199 projetos de lei e nove projetos de decreto legislativo durante o primeiro semestre de 2004. A baixa taxa de aprovação dessas propostas se deve, não somente ao excesso de MPs, mas também aos projetos de lei de iniciativa do governo, que gozam de prioridade de tramitação.

O senador argumentou que o Congresso trabalhou tão bem quanto possível, mas o Poder Executivo nem sempre sinalizou claramente as diretrizes que deseja para cada decisão.

– É o caso da Lei da Biossegurança. O próprio governo não se decide. O Executivo, por falta da lei, vai gerindo a comercialização da soja transgênica por MPs, mas a culpa não é do Congresso – observou.

Mozarildo citou, ainda, a falta de diretriz clara e as controvérsias sobre legalidade e constitucionalidade que têm marcado o projeto sobre as parcerias públicas privadas (PPPs), verdadeiros motivos que vêm impedindo sua aprovação.

OAB: uso excessivo prejudica a democracia

O presidente nacional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Roberto Busato, entende que as medidas provisórias (MPs) contribuem para “quebrar o princípio da equidistância e harmonia entre os Poderes”. Na sua opinião, o problema está menos no fato de as MPs conferirem poder legislativo ao Executivo do que na utilização abusiva desse instrumento legal pelos governos.

“Se o governo usasse o critério da urgência e relevância, não teríamos problema nenhum”, observa Busato. “Mas como se usa a MP para tudo, fica esse absurdo que está aí, que foge inteiramente ao espírito do Estado de direito democrático.”

Em julho de 1998, na condição de candidato à Presidência da República, o presidente

Luiz Inácio Lula da Silva entregou à OAB documento no qual assumiu formalmente o compromisso de pôr fim, caso fosse eleito, ao “uso indiscriminado de medidas provisórias”. Na carta, ele afirmou: “Limitar-me-ei ao que prescreve a Constituição federal – para cuja elaboração contribuí –, de só editar medidas provisórias em situações de excepcionalidade e emergência”.

Para Busato, porém, o atual governo não pode ser crucificado sozinho pela edição abusiva de MPs: “Desde sua origem, as medidas provisórias, neste e em todos os governos anteriores, jamais atenderam aos pressupostos de relevância e urgência que justificaram a sua criação”.

Ele acredita que parte da



José Cruz

ABSURDO Busato afirma que governos não souberam utilizar critérios de urgência e relevância, contribuindo para quebrar harmonia entre os Poderes

responsabilidade cabe ao Congresso Nacional. “O Congresso demora demais para aprovar os projetos”, diz o presidente da OAB. “O processo legislativo no país é muito complicado, o caminho seguido para a elabo-

ração das leis é muito sinuoso. Mas a culpa maior é do Executivo. Não é possível fazer MP para se coibir o jogo ou para tratar de tantas outras matérias que escapam ao critério da urgência e relevância.”





ELOGIO Paulo Octávio afirmou estar entusiasmado com a ligação ferroviária entre Brasília e Goiânia

Paulo Octávio defende trens de alta velocidade

O senador Paulo Octávio (PFL-DF) declarou sexta-feira ser "francamente favorável" à ligação das grandes cidades brasileiras por meio de trens de alta velocidade, como ocorre em países europeus. Ele relatou que a Espanha pretende construir oito mil quilômetros de novas linhas nos próximos

dez anos.

– Os brasileiros estão maltratados pela falta de vôos e por rodovias esburacadas. Estou entusiasmado com o projeto da ligação de Brasília a Goiânia, que conta com apoio dos governos do Distrito Federal e de Goiás – disse Paulo Octávio, ao anunciar a criação

da Frente Parlamentar para o Desenvolvimento das Ferrovias Brasileiras.

Na opinião de Paulo Octávio, a rápida adesão de senadores à frente parlamentar, que já conta com 23 integrantes, deve-se às dificuldades para o transporte de cargas e passageiros. Ele observou que as más

condições das rodovias têm causado "gigantescas perdas" de produtividade ao país.

Em aparte, Jefferson Péres (PDT-AM) afirmou que o Brasil é o único país de extensão continental que tem dois terços de suas cargas movimentadas por via rodoviária, causando "brutal desperdício de recursos".

Hélio Costa propõe livre concorrência no setor aéreo

Com o objetivo de garantir a livre concorrência entre as empresas de transporte aéreo no Brasil, o senador Hélio Costa (PMDB-MG) apresentou projeto de lei que modifica artigos do Código Brasileiro de Aeronáutica (CBA) para harmonizá-lo com as diretrizes do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência. A proposta dá às empresas plena liberdade de fixar suas tarifas e rotas.

Hélio Costa argumenta que o código contém disposições ultrapassadas, "consagrando um modelo cartorial de regulação do transporte aéreo já abandonado" em todos os países desenvolvidos.

– O CBA atribui à autoridade aeronáutica a missão de impedir uma suposta competição ruïnosa entre empresas aéreas, outorgando-lhe poderes discricionários para modificar rotas, horários e até as tarifas a serem cobradas dos usuários. Assim, o Departamento de Aviação Civil impede a livre concorrência, mediante portarias que favorecem a cartelização do setor.

No projeto, Hélio Costa atribui às autoridades aeronáuticas apenas a faculdade de comunicar aos órgãos de defesa da concorrência qualquer fato que configure concorrência desleal. A proposta está na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.



MUDANÇAS Segundo Hélio Costa, empresas aéreas devem ter liberdade para definir tarifas e rotas

Papaléo alerta para riscos da degradação ambiental

■ Conforme o senador, "festa da sociedade" pode tornar a Terra um planeta inabitável

O senador Papaléo Paes (PMDB-AP) alertou para os riscos de degradação do meio ambiente com a exploração desenfreada dos recursos naturais. É de suma importância, acrescentou, a conscientização sobre os males do desperdício. A "festa da sociedade atual", ponderou da tribuna, traz como problema maior o lixo produzido, que pode acabar tornando a Terra inabitável.

Segundo o senador, a sociedade mundial corrobora a ética do consumo, desperdiçando grande parte do que adquire, não para viver melhor, mas para servir aos interesses de forças econômicas. Ele cha-



TAREFA Papaléo Paes considera importante a conscientização sobre os males do desperdício

mou a atenção para o fato de que pesa sobre os homens públicos a responsabilidade de legar aos que virão um mundo habitável.

A elaboração de normas de proteção ao meio ambiente é uma das ações que estão sendo realizadas, lembrou Papaléo. A produção e consumo

de combustíveis renováveis e o estímulo à participação de desempregados em cooperativas de reciclagem de materiais são outras ações que estão em curso, assinalou.

– Se o que vale é produzir cada vez mais para o aumento do PIB (produto interno bruto), como é da essência da visão econômica atual, o uso racional das riquezas tende a permitir que mais pessoas possam delas usufruir – argumentou.

O senador citou estudo do físico teórico Luigi Sertorio, que no livro *História da Abundância* "explica as causas da busca excessiva pelo bem-estar que caracteriza a atual civilização".

O cientista sustenta, disse Papaléo, que a sociedade do consumo acredita que bem-estar significa muita comida e que a felicidade é conquistada com o acúmulo de dinheiro e de bens materiais.

Jonas quer autorizar uso da soja transgênica

Para evitar prejuízos à produção devido ao descompasso entre o calendário agrícola e a aprovação da Lei da Biossegurança (PLC 9/04), o senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) apresentou projeto de lei (PLS 201/04) estabelecendo normas para plantio e comercialização, na safra de 2005, da soja geneticamente modificada. A proposta encontra-se na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e deve ser examinada também pelas Comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Assuntos Sociais (CAS). Caberá a esta comissão a última deliberação, que será em caráter terminativo.

Além de autorizar os produtores rurais a plantar sementes de soja transgênica para seu uso próprio, o projeto libera a

comercialização das espécies manipuladas legalmente no país e adaptadas às condições regionais. Essa preocupação visa resguardar a pesquisa nacional e o desenvolvimento da indústria sementeira brasileira, que, segundo o parlamentar, constitui pilar importante para o agronegócio nacional.

Produtividade

Jonas Pinheiro ressalta que somente com sementes devidamente adaptadas às condições brasileiras será possível assegurar produtividade mais elevada e maior resistência a pragas e doenças. Assim, o cultivo da soja RR (Roundup Ready), resistente ao herbicida glifosato, seria favorecido pela maior resistência a pragas propiciada pelas cultivares nacionais a ela associadas.



CERTEZA Objetivo de projeto de Jonas Pinheiro é garantir plantação do produto na safra de 2005

– O entendimento é que o projeto, por se restringir aos procedimentos de autorização e plantio da soja RR, poderá ter sua tramitação no Congresso Nacional mais rápida, a tempo de disciplinar a matéria e evitar o vácuo legal e os prejuízos que dele poderão advir", observou o senador.



MUDANÇAS Nova filosofia da empresa, disse Jucá, rendeu frutos significativos em várias áreas

Jucá destaca resultados do Grupo Eletrobrás

O senador Romero Jucá (PMDB-RR) comentou o relatório "Um Novo Horizonte para o Grupo Eletrobrás", divulgado pela empresa. Ele ressaltou que a partir de 2003, com a mudança de governo, a nova filosofia da Eletrobrás, com ênfase na ação conjunta e integrada das empresas que a compõem, rendeu frutos significativos, fortalecendo o grupo e recuperando-o das dificuldades.

Jucá afirmou que as políticas de meio ambiente, responsabilidade social, desenvolvimento tecnológico e industrial e saneamento financeiro fizeram as empresas Eletrobrás entrar em nova fase de expansão e crescimento.

O parlamentar elogiou a atuação do Conselho Superior da Eletrobrás, responsável, segundo disse, pelas mudanças implantadas em 2003.

Os resultados, acrescentou Romero Jucá, foram visíveis. Duas das empresas que compõem o grupo – Furnas e Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf) – apresentaram em 2003 lucros recordes de R\$ 1 bilhão e de R\$ 800 milhões, respectivamente. O bom desempenho do grupo Eletrobrás se refletiu na valorização das ações da *holding*, alcançando mais de 200% nos dez meses finais do ano passado, ressaltou o senador.

Virgílio: cultura é vítima da voracidade fiscal do governo

O líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), disse que a mais nova “invenção” do governo para ampliar a carga tributária sobre a sociedade brasileira é o projeto de lei da Agência Nacional do Cinema e do Audiovisual (Ancinav), que impõe taxas sobre a produção cultural do país.

– Qualquer filme que vier a ser produzido, distribuído ou exibido, nada ficará isento de mais uma taxa – reclamou. Ele comentou que o governo se lança a todo custo numa “metéorica” espiral de arrecadação. “Não pense, porém, esse mesmo governo, que o povo nada vê. Vê e sente, na pele, o pesado fardo tributário”, advertiu.

Arthur Virgílio contou que recebeu no seu gabinete proposta do 1º vice-presidente da Câmara Municipal de Manaus, vereador Luiz Fernando, sugerindo que a sociedade civil realize uma campanha nacio-



APETITE Arthur Virgílio diz que governo se lança a todo custo numa metéorica espiral de arrecadação

nal contra essa ânsia do fisco. O vereador, segundo Virgílio, evidenciou “a cruel realidade” do que acontece no país, onde “o governo petista devora quase 40% do que se produz, mantendo a maior carga tributária do planeta”. Alguns dos exemplos encaminhados por Luiz Fernando, continuou o senador, mostram que o brasileiro paga nada menos do que 37% do valor de um litro de óleo de cozinha em impostos, 53% no litro de gasolina, 47% no refrigerante, 46,6% da conta de telefone e 45,8% da conta de energia. O senador pediu o registro do documento nos Anais do Senado.

palmente as famílias de baixa renda.

Apesar de reconhecer que o governo já admite a necessidade de redução da carga tributária, e a prova, a seu ver, foi o anúncio de um pacote de medidas destinado a promover alguns ajustes pontuais, como a redução da alíquota do Imposto da Propriedade Industrial (IPI) para uma série de máquinas e equipamentos, Renildo Santana estranhou que grande parte das medidas tenha sido projetada para ter eficácia somente a partir do próximo ano.

Segundo o senador, pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) revelou que, nos últimos 30 anos, o brasileiro ficou mais pobre e reduziu sua capacidade de compra em virtude, principalmente, do aumento dos impostos indiretos, embutidos no preço de bens e serviços.

Renildo Santana lembrou ainda que o país convive com nada menos do que 61 tributos, entre impostos, taxas e contribuições, cobrados nas três esferas de governo, ou seja, federal, estadual e municipal.

Ensino médio precisa de financiamento, diz Lobão

■ Senador afirma que falta de recursos se deve, em parte, à prioridade do governo ao ensino fundamental

O senador Edison Lobão (PFL-MA) conclamou os senadores a apoiarem a adoção de um plano emergencial de financiamento do ensino médio e afirmou que a gravidade da situação requer a edição de uma medida provisória.

– Peço a atenção de Vossas Excelências para a momentosa questão do financiamento do ensino médio neste país, particularmente nos estados do Nordeste e no estado do Pará – enfatizou Lobão, da tribuna.

O senador disse acreditar que deve ser discutida a transição de um Fundef (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério) para um Fundeb, que, ao abranger todas as etapas do ensino bá-



URGÊNCIA Lobão ressalta que gravidade da situação nas escolas requer edição de medida provisória

sico, contemplará também o ensino médio.

Lobão manifestou seu apoio à proposta de implantação de um Programa de Equalização das Oportunidades de Acesso à Educação Básica, apresentado ao governo federal pelos secretários de Educação dos estados do Nordeste e do Pará.

O “estrangulamento de recursos” destinados a financiar o ensino médio nesses estados, segundo o parlamentar, ocorre,

em parte, devido a modelo que prioriza o ensino fundamental e que, com isso, tem tornado inviável o financiamento do ensino médio, a cargo dos estados.

O senador afirmou ainda que a chamada Lei do Fundef estruturou a forma de distribuição dos recursos de educação, mas estatísticas indicam a necessidade de mudanças, já que está ocorrendo diminuição de matrículas no ensino fundamental à medida que aumenta o número de alunos matriculados no ensino médio.

Uma das particularidades desse processo no Nordeste diz respeito à média de crescimento no número de matrículas no ensino médio, maior que a média nacional. Esse fenômeno se explica, de acordo com o senador, porque os estados mais pobres, que detinham os maiores índices de analfabetismo, evasão escolar e absenteísmo, partiram de uma base menor de matrículas e, assim, foram os que mais incluíram alunos em seus bancos escolares.

Cinco mil cidades terão bibliotecas em 2006

Ao elogiar o ministro da Cultura, Gilberto Gil, e o coordenador do programa Fome de Livro, Galeno Amorim, o senador Tião Viana (PT-AC) manifestou sua confiança de que, até o ano de 2006, 5 mil municípios brasileiros passarão a contar com pelo menos uma biblioteca em seu território. O programa, informou Tião Viana, pretende mandar para cada cidade sem biblioteca municipal um acervo de 2 mil títulos cedidos pelo Ministério da Cultura.

Segundo Tião Viana, o governo federal está implantando o programa Fome de Livro em parceria com os governos estaduais, que se comprometem a adquirir outros 500 livros para doar a cada município beneficiado. Ele informou que o Ministério da Cultura, que executa o programa por meio da Biblioteca Nacional, está recebendo apoio da Unesco, do Centro Regional de Fomento

do Livro na América Latina e no Caribe e também da Câmara Brasileira do Livro.

O senador pelo Acre lamentou que o Brasil ainda tenha 15 milhões de analfabetos. Comparando os percentuais de analfabetos funcionais (sabem ler, mas não entendem o que lêem) entre diversos países, Tião Viana revelou que, enquanto na Suécia 7% da população são analfabetos funcionais, esse percentual chega a 14% na Alemanha, 21% nos Estados Unidos e 22% na Inglaterra. No Brasil, completou o parlamentar, 38% da população são vítimas dessa deficiência.

– Não podemos imaginar um país livre, uma nação à altura do terceiro milênio, se não tivermos rompido esse indicador do subdesenvolvimento. O pior é que, quando comparamos o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) com a concentração da falta de acesso à



CULTURA Tião Viana elogia governos federal e estaduais pela implantação do programa Fome de Livro

leitura, observamos que é justamente entre os 15 milhões de brasileiros que não têm acesso a nenhum tipo de leitura que o IDH é mais baixo – afirmou Tião Viana.

O senador Papaléo Paes (PMDB-AP) cumprimentou o governo federal pela iniciativa de implantar bibliotecas nos municípios que não dispõem desse serviço. Ele registrou que a maioria das livrarias do país está concentrada em grandes centros, como São Paulo, Belo Horizonte, Rio de Janeiro e Porto Alegre.



COBRANÇA Renildo: impostos castigam as empresas e sufocam as famílias de baixa renda

Renildo exige justiça na cobrança de impostos

O senador Renildo Santana (PFL-SE) cobrou do governo a adoção de política destinada a implantar no país um sistema tributário mais justo, simples e eficaz, como forma de adequá-lo ao crescimento econômico e ao desenvolvimento social brasileiro. Para ele, a atual carga tributária castiga as empresas e sufoca a população, princi-

Certidão de nascimento é o mais importante documento do cidadão

A certidão de nascimento é o primeiro e o mais importante documento do cidadão. Com ele, a pessoa existe oficialmente para o Estado e a sociedade. Só de posse da certidão é possível retirar outros documentos civis, como a carteira de trabalho, a carteira de identidade, o título de eleitor e o Cadastro de Pessoa Física (CPF). Além disso, para matricular uma criança na escola e

ter acesso a benefícios sociais, a apresentação do documento é obrigatória.

No Brasil, cerca de 800 mil crianças não são registradas no primeiro ano de vida, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em 2002, do total de 3,5 milhões de pessoas nascidas vivas, 24,4% não tinham certidão de nascimento.

Retirar a certidão é um di-

reito de todos, conforme a Lei 9.534/97, que garante a gratuidade do registro de nascimento e da emissão da 1ª via do documento. Nenhum cartório pode cobrar para emití-la. A lei também garante aos reconhecidamente pobres a emissão gratuita da 2ª via da certidão e das demais certidões extraídas pelo Serviço de Registro Civil das Pessoas Naturais. O estado de pobreza será comprovado

por declaração do próprio interessado. Se analfabeta, a pessoa necessitará da assinatura de duas testemunhas. A falsa declaração pode implicar processo civil e criminal.

Nesta edição, saiba como obter o registro e para que servem os outros documentos de registro civil. E conheça os projetos sobre o tema em tramitação no Congresso e os telefones para obter mais informações.

Registro deve ser feito no cartório da cidade em que a criança nasceu

O primeiro passo para obter a certidão de nascimento é verificar se a criança nunca foi registrada ou se ela já foi e a certidão de nascimento se perdeu. Nesse caso, uma outra via pode ser requerida no próprio cartório onde ocorreu o registro.

Para fazer o registro pela primeira vez, um dos pais deve comparecer ao cartório da localidade onde o bebê nasceu levando a declaração de nascido vivo (fornecida pelo hospital após o nascimento), a certidão de casamento e seu próprio documento de identidade. Caso não existam cartórios no município, o pai ou a mãe deve procurar a prefeitura, que indicará onde encontrar o serviço.

Quando os pais não são casados, um deles pode levar ao cartório autorização do outro, por escrito. Se a criança não nasceu no hospital ou não possui declaração de nascido vivo, é preciso levar duas testemunhas que tenham conhecimento do parto, com seus documentos de identidade.

Criança sob a guarda de pessoas que não são seus pais – O responsável deve levar ao cartório autorização do juiz para fazer o registro, o original da declaração

de nascido vivo e o próprio documento de identidade. Se a criança não nasceu no hospital e não possui declaração de nascido vivo, é preciso apresentar no cartório duas testemunhas que tenham conhecimento do parto, munidas de seus documentos de identidade. Quando os pais forem menores de 18 anos, devem ser acompanhados por seus pais ou responsáveis – que também devem portar documentos de identidade – para efetuar o registro.

Maiores de 12 anos – A pessoa deve ir ao cartório de sua localidade levando algum documento que possua (batistério, caderneta de vacina, etc.) e duas testemunhas que comprovem a sua identidade. No cartório, a pessoa apresentará os documentos e as testemunhas, e fará requerimento ao juiz solicitando autorização para o registro. O juiz deve ouvir as testemunhas antes de autorizar o registro. Somente após a autorização, o oficial de cartório poderá efetuar o registro e emitir a certidão. Os menores de 18 anos devem estar acompanhados pelo pai ou pela mãe.

Filho não reconhecido pelo pai – A Lei 8.560/92 disciplinou o registro de filho fora do casamento, não

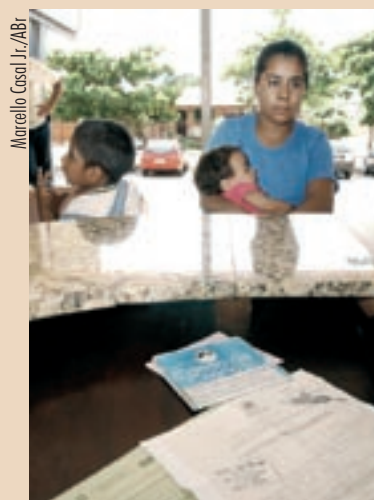
reconhecido pelo pai. Conforme a lei, "em registro de nascimento de menor apenas com a maternidade estabelecida, o oficial remeterá ao juiz certidão integral do registro e o nome, prenome, profissão, identidade e residência do suposto pai, a fim de ser averiguada oficialmente a procedência da alegação. A mãe, no caso de recusa de reconhecimento voluntário do pai, deve declarar isso em petição a ser encaminhada pelo oficial ao juiz, que notificará o suposto pai e, em ele concordando, será encaminhado um termo. Caso contrário, o procedimento será encaminhado ao Ministério Público para as devidas providências".

Importante

– Crianças que morrem durante o parto e os natimortos também devem ser registrados.

– É proibido constar do registro de nascimento: a cor de quem está sendo registrado, a natureza e a origem da filiação, o lugar do casamento dos pais e o estado civil destes, bem como qualquer indício de não ser a criança fruto do casamento.

– Não é permitido registro de prenome (primeiro nome) que exponha a criança ao ridículo.



DECISÃO Carla dos Santos Silva, de Brazlândia (DF), registra no mesmo dia seus dois filhos, Quesia e Clayton

– O filho maior de 21 anos não pode ser reconhecido sem seu consentimento. Também é proibido reconhecer filho na ata de casamento.

– Crianças e adolescentes adotados têm registro de nascimento idêntico ao dos filhos naturais, sem nenhuma menção de que são adotados. O registro primitivo é cancelado, como se nunca tivesse existido.

Fonte: Associação dos Notários e Registradores do Estado do Paraná (Anoreg-PR)

Identidade, CPF e carteira de trabalho também são necessários

A certidão de nascimento não é o único documento necessário para o cidadão exercer seus direitos e deveres. Veja abaixo quais são os outros.

Carteira de identidade – Obrigatória para os maiores de 18 anos. É emitida pelas secretarias de Segurança Pública dos estados ou pelos órgãos de identificação. Para solicitá-la, é necessário apresentar a certidão de nascimento ou de casamento e três fotografias recentes, no formato 3cm x 4cm. Mulheres casadas, viúvas, desquitadas ou divorciadas apresentarão obrigatoriamente

certidão de casamento. Em alguns estados, a primeira via é gratuita.

Cadastro de Pessoa Física (CPF) – Identifica o contribuinte pessoa física perante a Secretaria da Receita Federal. Cada pessoa pode se inscrever somente uma vez e, portanto, possuir um único número de inscrição. Para obter o documento, procure uma agência do Banco do Brasil, da Caixa Econômica Federal ou dos Correios. Será cobrada taxa. Somente com o número do CPF é possível abrir uma conta em banco ou tirar o passaporte.

Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS)

– Registra a atividade profissional e a carreira do trabalhador. Para obtê-la, o interessado deve procurar uma Delegacia Regional do Trabalho (DRT), Subdelegacia Regional ou Posto de Atendimento ao Trabalhador. Na expedição da primeira carteira, será feito o cadastramento do trabalhador no PIS/Pasep. O serviço é gratuito.

Título de eleitor – Só está apto a votar quem fez o alistamento eleitoral e retirou o título de eleitor. O voto é obri-

gatório para os brasileiros entre 18 e 70 anos, e opcional para analfabetos, menores entre 16 e 18 anos e maiores de 70 anos. O eleitor deve procurar o Cartório Eleitoral para requisitar o título. Não há custos.

Passaporte – Documento internacional de identificação. Constam dele o visto autorizando entrada, trânsito ou permanência em outros países. É emitido pela Polícia Federal nos estados e pode ser solicitado nos Correios. Informações pelo telefone (61) 311-9328 ou no endereço www.dpf.gov.br/passaporte.html



OPORTUNIDADE Aos 62 anos, o paranaense Alves dos Santos faz seu registro de nascimento

Informações úteis

Secretaria Especial dos Direitos Humanos

Tel.: (61) 429-3142
www.presidencia.gov.br/sedh

Ministério do Trabalho e Emprego

Alô Trabalho: 0800 61-0101 (regiões Sul, Centro-Oeste e estados do Acre e Rondônia) e 0800 285-0101 (demais localidades). De segunda a sexta, das 7h30 às 19h30
www.trabalho.gov.br

Ministério da Previdência Social

PrevFone: 0800 78-0191
De segunda a sábado, das 7h às 19h
www.mpas.gov.br

Receita Federal

Receitafone: 0300 78-0300
Ligações ao custo de R\$ 0,30 por minuto (telefone fixo) e R\$ 0,77 (telefone celular).
www.receita.fazenda.gov.br

Tribunal Superior Eleitoral (TSE)

Tel.: (61) 316-3000
www.tse.gov.br

Associação dos Notários e Registradores do Brasil (Anoreg)

Tel.: (61) 323-1555
www.anoregbr.org.br

Cartório 24 Horas

www.cartorio24horas.com.br

Colégio Notarial do Brasil

Tel.: (62) 212-2281
www.notariado.org.br

Projetos da Câmara e Senado reforçam direito

Projeto (PL 3.596/04) do deputado Heleno Augusto de Lima (PP-RJ) dispõe sobre a obrigatoriedade de os hospitais públicos exigirem a apresentação de certidão de nascimento do recém-nascido quando a mulher que deu à luz receber alta. Já projeto (PL 6.824/02) do então senador Geraldo Althoff facilita o acesso da criança adotada à escola, dispensando apresentação da certidão de nascimento.

Pessoas que estiverem desempregadas ou recebam até dois salários mínimos, conforme projeto (PL 481/99) do deputado Enio Bacci (PDT-RS), estarão isentas do pagamento da segunda via dos documentos civis, como a carteira de identidade.

Projeto (PL 308/95) do então deputado Genesio Bernardino determina a obrigatoriedade de indicação do tipo sanguíneo do titular na certidão de nascimento, cédula de identidade e carteira nacional de habilitação.

Proposta (PEC 76/03) do senador Pedro Simon (PMDB-RS) garante a gratuidade do registro e da emissão da primeira via das certidões de nascimento, casamento e óbito.